



Resolução Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude

“As várias formas de mudar o Brasil”

Prioridades aprovadas na Etapa Nacional

Conselho Nacional de Juventude

Secretaria Nacional de Juventude

Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

Brasília 2016

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff
Presidenta da República

Michel Temer
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Nilma Lino Gomes
Ministra

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Gabriel Medina de Toledo
Secretário Nacional de Juventude

Angela Guimarães
Secretária-Adjunta

Rafaela Araújo Rodrigues
Chefe de Gabinete

Tâmara Caroline de Almeida Terso
Secretária-Executiva do CONJUVE

Carla de Paiva Bezerra
Coordenadora-Geral da 3ª Conferência Nacional de
Juventude

Danyel Iório de Lima
Coordenador-Geral de Políticas e Programas

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

Daniel Santos Souza
Presidente
Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos
Direitos Juvenis – REJU

Angela Guimarães
Vice-Presidente
Secretaria Nacional de Juventude

Tâmara Caroline de Almeida Terso
Secretária-Executiva do CONJUVE

Mesa Diretora

Clareana Silva Dias da Silva
O Estopim

Dediane Souza
Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais,
Travestis e Transexuais

Iago Montalvão Oliveira Campos
União Nacional dos Estudantes

João Carlos de Paula
União Marista do Brasil

Maria das Neves de Sá Macêdo Filha
União Brasileira de Mulheres

Natasha Holanda Cruz
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Rodrigo Melo Mesquita
Ordem dos Advogados do Brasil

Rúbia Carmita do Nascimento
Pastoral da Juventude do Meio Popular

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

SOCIEDADE CIVIL

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS
TRABALHADORES NA AGRICULTURA
Maria José Morais Costa

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE
Lúcio Domingues Centeno

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS – ANPG
Marcelo Azarias

UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES – UNE
Iago Montalvão Oliveira Campos

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM
Maria das Neves de Sá Macêdo Filha

NAÇÃO HIP HOP BRASIL
Marcelo Leonardo Freitas

ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
Rafael de Lucena Pedral

JUVENTUDE PMDB NACIONAL
Bruno Quintino Fernandes

PASTORAL DA JUVENTUDE
Samuel Rodrigues Lopes Mendonça

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT
Ederson Alves da Silva

UNIÃO MARISTA DO BRASIL – UMBRASIL
João Carlos de Paula

CEMJ - CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA
JUVENTUDE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

ESCOLA DE GENTE
Luana Rodrigues da Silva

REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE PELA PROMOÇÃO
DOS DIREITOS JUVENIS – REJU
Daniel Santos Souza

Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde –
RENAFRO
Marcelo Teixeira de Morais

PODER PÚBLICO

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À
FOME
Alberto Albino dos Santos

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Mirlene de Oliveira Acioli

MINISTÉRIO DA CULTURA
Alexandre de Souza Santini

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Claudia Veloso Torres Guimarães

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Gabriel de Carvalho Sampaio

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Thereza de Lamare Franco Netto

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Luíza Dulci

MINISTÉRIO DO ESPORTE
Ana Elenara da Silva Pintos

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Marcella Lopes Berte

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Allan Thiago de Sousa Correa

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS – SDH
Sheila Pereira da Silva

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL – SEPPIR
Felipe da Silva Freitas

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE
Angela Guimarães

FÓRUM DE SECRETÁRIOS E GESTORES ESTADUAIS DE
JUVENTUDE
Jéssica Ohana

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Efraim Batista de Souza Neto

CONVIDADOS

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES Natália Doria da Costa

FORA DO EIXO Ney Hugo Jacinto Silva

BARÃO DE ITARARÉ Larissa Gould de Assis

ANATORG André Silva Azevedo

ANJPCT

MST Raul Amorim

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB Délio Alves

EQUIPE TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DA 3ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Alcione Carolina Gabriel da Silva
Alexandre Veja
Caio Almeida
Carla de Paiva Bezerra
Carlos Odas
Fabiano Rangel
Fernanda Becker
Fernando Pacheco
Guilherme Alves da Silva Dantas
Henrique Parra Parra Filho
Henrique Resende Sabino
Hugo Melo
José Ricardo Bianco Fonseca
Laura Segall
Letícia Maria Alves
Marcos Ronaldo Pereira Júnior
Mariana Pimentel
Raylane Brito
Paulo Motoryn
Patrique Lima
Alencar Braga
Pedro Caixeta
Priscila Rodrigues do Carmo
Sandra Telma Maciel
Viviane Cristina Pinto

Supervisão e Edição

Carla de Paiva Bezerra

Elaboração

Carlos Odas e José Ricardo Bianco Fonseca

Cooperação

UNESCO Brasil – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Distribuição e Informações:

Secretaria Nacional de Juventude – SNJ

Pavilhão das Metas

Via VN1 - Leste - s/nº Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa

Telefone: [55 61] 3411-4366

CEP 70150-908

Brasília - DF



Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons* - Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações. 4.0 Internacional.

Sumário

I – Considerações Iniciais	6
II - Resultados	8
a. Prioridades Gerais da 3ª Conferência Nacional de Juventude	8
b. Prioridades dos Eixos Temáticos	9
1. Eixo Saúde.....	9
2. Eixo Segurança.....	9
3. Eixo Educação	9
4. Eixo Território e Mobilidade	10
5. Eixo Participação	10
6. Eixo Diversidade	10
7. Eixo Meio Ambiente	10
8. Eixo Comunicação	11
9. Eixo Cultura.....	11
10. Eixo Trabalho	11
11. Eixo Esporte	12
c. Prioridades dos Grupos de Trabalho	13

I – Considerações Iniciais

1. O processo de discussão, elaboração e definição de propostas ocorreu em todas as etapas da conferência. Desde as municipais e estaduais, passando pelas etapas livres e a etapa digital, os jovens e diversos atores sociais discutiram quais ações o governo poderia desenvolver para promover as políticas públicas de juventude. Para organizar essa discussão, e considerando que as políticas de juventude são transversais, foram estabelecidos 11 eixos temáticos que dialogam com a realidade juvenil e que estão relacionados com os direitos descritos no Capítulo II do Estatuto da Juventude.
2. O processo da conferência definiu como um de seus objetivos metodológicos elaborar um conjunto de propostas que serviriam de subsídio à elaboração do Plano Nacional de Juventude. O destinatário direto desse conteúdo é a Secretaria Nacional de Juventude, que tem a responsabilidade de organizar as discussões e todo o trabalho técnico para elaboração do Plano, muito embora nem todas as propostas digam respeito às missões precípuas do órgão. O trabalho de sistematização das propostas para a etapa nacional teve como base o resultado documentado das etapas antecedentes; assim, chegaram à sistematização 305 propostas da etapa digital (sem distinção por eixo temático) e 594 propostas das etapas estaduais (2 por eixo temático em cada estado, totalizando 22 por estado). A Etapa de Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais, por ter sido realizada na mesma semana, encaminhou as propostas diretamente à etapa nacional, sem passar pela fase de sistematização. Foram sistematizadas, portanto, 899 propostas, o que resultou em um caderno de 385 propostas para a etapa nacional. Sobre essa base, foram discutidas e elaboradas as Resoluções da 3ª Conferência, constituindo as mesmas a proposta de subsídio ao Plano Nacional de Juventude.
3. A distribuição de propostas por eixo temático no Caderno da etapa nacional ficou da seguinte maneira: Participação, 35 propostas; Educação, 37 propostas; Trabalho, 40 propostas; Diversidade, 40 propostas; Saúde, 47 propostas; Cultura, 30 propostas; Comunicação, 26 propostas; Esporte, 26 propostas; Território e mobilidade, 29 propostas; Meio ambiente, 44 propostas; Segurança, 31 propostas. Total dos 11 eixos: 385 propostas.
4. O trabalho em grupos se desenvolveu em dois turnos, o primeiro com seis eixos em discussão e o segundo com cinco, em formato de Café Mundial adaptado – com mesas de diálogo de até oito participantes, em três rodadas de meia hora cada, com rodízio dos participantes nas mesas de uma rodada para outra. Cada mesa discutiu um único tema e o ambiente onde se realizaram os Grupos de Trabalho foi setorizado por eixo em discussão, sendo as mesas identificadas por toalhas com cores

correspondentes a cada um dos eixos. Participaram dos Grupos de Trabalho cerca de 1200 delegados/as em cada turno. A atividade nas mesas de diálogo consistiu em o grupo escolher para pontuação, em cada uma das rodadas, três propostas que considerasse as mais valiosas. A cada rodada, as propostas escolhidas nas mesas eram ranqueadas em uma pontuação, valendo 1 ponto para cada incidência na 1ª rodada, 2 pontos na 2ª e 3 pontos na 3ª. Propostas novas puderam ser incluídas na 1ª e 2ª rodadas. Dessa forma, os Grupos de Trabalho elegeram 99 propostas de Resolução (9 para cada eixo temático).

5. As 99 propostas discutidas e eleitas nos Grupos de Trabalho foram, então, submetidas, em conjunto, a referendo na Plenária Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude, tendo sido aprovadas por ampla maioria dos delegados/as presentes. O passo posterior foi submetê-las a um novo excurso que fosse capaz de hierarquizá-las em 1 prioridade por eixo temático e 3 prioridades gerais da Conferência. Esse momento foi conduzido pela aplicação de metodologia similar à aplicada na 1ª Conferência Nacional de Juventude, denominada Momento Interativo, e que consiste na disposição de painéis contendo as resoluções aprovadas, em espaço visível e de livre acesso aos delegados/as; estes votam nas propostas por meio de adesivos colantes distribuídos pela organização, nesse caso, em número de 7, sendo seis de uma única cor e 1 em cor diferente (na 3ª Conferência foram usadas as cores azul e vermelha, respectivamente). Adesivos de cor azul serviram para votar na prioridade do eixo temático; adesivos de cor vermelha serviram para votar nas prioridades gerais da Conferência). O Momento Interativo, assim como os Grupos de Trabalho, teve ampla adesão da maioria dos delegados/as presentes.
6. Por fim, os delegados/as também aprovaram 17 moções. Esse conjunto de opiniões e propostas consolidam o esforço de diversos atores sociais, que representam a diversidade da juventude brasileira, no sentido de apontar para o governo brasileiro o que é fundamental ser realizado como ação e o que podem ser as políticas públicas de juventude.

II - Resultados

a. Prioridades Gerais da 3ª Conferência Nacional de Juventude

	Teor	Votos
1ª	Não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.	209
2ª	Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.	182
3ª	Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses fundo a fundo definido percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.	112

b. Prioridades dos Eixos Temáticos

1. Eixo Saúde

Teor da Proposta: Promover a saúde integral da mulher jovem, sem seguir a lógica da medicalização e intervenção sobre o corpo. O sistema de saúde deve lidar com a prevenção da saúde das jovens, incluindo atendimento relacionado a abortos, que hoje é a quinta causa de mortes no país, o Estado deve tratar do caso como saúde pública garantindo-lhes atendimento ginecológico preparado.

Votos: 413

2. Eixo Segurança

Teor da proposta: Criar um Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios que combata o extermínio da Juventude Negra, dos Jovens de Povos e Comunidades Tradicionais, que vise a desmilitarização e a federalização das polícias, fim dos autos de resistência, acesso à justiça, e formação específica em Direitos Humanos e Cidadanias voltados ao atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, que visem eliminar ações repressoras por mecanismos de abordagem humanizados que respeitem as especificidades de identidade de gênero, raça/etnia, tradições e orientação sexual. Fortalecer e fomentar e ampliar o “Plano Juventude Viva” com um recorte específico para: Jovens negros, jovens PCTs, jovens LGBTs, respeitando os recortes de gênero e garantindo a participação direta e indireta do plano destas juventudes como forma de estimular a valorização destas identidades combatendo preconceitos e opressões.

Votos: 410

3. Eixo Educação

Teor da proposta: Reformulação do Ensino Básico e Médio desde a matriz curricular à formação dos professores, democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates como: gênero, igualdade, justiça social e liberdade; ampliando a carga horária de disciplinas tais como: filosofia, sociologia e história, possibilitando, assim, o senso crítico e político dos estudantes.

Votos: 397

4. Eixo Território e Mobilidade

Teor da proposta: Criar e implementar o Fundo Nacional e Inter federativo de mobilidade para todos os jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte publico, gratuito, de qualidade, e acessibilidade em toda a frota, fazendo se cumprir o artigo 31, paragrafo único do estatuto da juventude.

Votos: 344

5. Eixo Participação

Teor da proposta: Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de políticas públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses fundo a fundo definido percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.

Votos: 335 votos

6. Eixo Diversidade

Teor da proposta: Aprovar lei que define os crimes de ódio e de intolerância e as formas de coibi-los, nos parâmetros de outras leis tal como a de crime de racismo, para proteger todas as pessoas, inclusive jovens, independentes de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.

Votos: 291

7. Eixo Meio Ambiente

Teor da proposta: Combater o uso e abuso dos agrotóxicos, fortalecendo a sustentabilidade através da agroecologia, por meio de programas sociais para a agricultura familiar e a Juventude Rural, com ênfase na compensação econômica em contrapartida à preservação ambiental, assistência técnica, acesso ao crédito e Reforma Agraria.

Votos: 266

8. Eixo Comunicação

Teor da proposta: Democratização da mídia modificando a legislação atual para que as rádios comunitárias tenham alcance igualitário das rádios comerciais. Regulamentar e democratizar a mídia do país, revendo os modelos de financiamento e concessão pública de TV, a partir da atualização e efetivação do marco regulatório da comunicação, respeitando a constituição de 1988 no que tange ao artigo 220, revogando o caráter consultivo do Conselho Nacional de Comunicação, alterando a sua composição permitindo a participação paritária da sociedade civil e governo e replicando este modelo de conselho no âmbito estadual e municipal.

Votos: 238

9. Eixo Cultura

Teor da proposta: Garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, sob consultoria especializada, para as diversas linguagens culturais: teatro, audiovisual, hip hop, dança, artes, artesanato, música, poesia dentre outras. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e as demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais em escolas e associação de moradores, bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestações de contas facilitada E ESPECÍFICA PARA PCTs).

Votos: 179

10. Eixo Trabalho

Teor da proposta: Garantir o acesso ao 1º emprego com qualidade; Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais; Proibir a terceirização em todas as suas formas.

Votos: 142

11. Eixo Esporte

Teor da proposta: Criação do Fundo Nacional de incentivo ao esporte, com base orçamentaria de 2% do PIB, fortalecendo conselhos e secretarias de esporte, para ampliar os equipamentos esportivos e desenvolver programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta.

Votos: 66

c. Prioridades dos Grupos de Trabalho

Resoluções do eixo temático Participação	
1.	Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses fundo a fundo definido percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.
2.	Garantir a participação de no mínimo 30% de jovens nos conselhos consultivos e deliberativos no âmbito Federal, Estadual e Municipal considerando a paridade de gênero, recorte étnico racial e cotas para PCTs e LGBTs. Bem como estimular a participação dos jovens no legislativo e judiciário.
3.	Estabelecer a obrigatoriedade de ser instituído órgão gestor de juventude em todos os municípios, podendo este ser secretaria, subsecretaria superintendência e/ou coordenadoria, dependendo da realidade de cada município. Garantindo a efetividade do sistema nacional de juventude por meio da criação do fundo estadual/municipal da juventude.
4.	Garantir em todos municípios brasileiros a implantação de Centro de Juventude. Equipamento público (mantido pelo Estado) e gerido em cogestão com jovens e destinado a convivência social e comunitária, promovendo atividades de aprendizagem relacionadas a cidadania ativa, ao desenvolvimento cultural e esportivo. Um espaço aberto e inclusivo para estimular a participação social, com intuito de propiciar e fortalecer o diálogo e articulação entre os jovens.
5.	Garantir a criação de Observatórios de Juventudes para a promoção de pesquisas e estudos sobre temas relevantes em nível local, gerando uma plataforma digital para a divulgação dos dados produzidos por todos os institutos de pesquisa, oficiais ou não, e universidades, dando publicidade aos dados e informações que amparem o desenvolvimento de políticas públicas.
6.	Desenvolver projetos nas escolas garantindo uma metodologia com protagonismo juvenil e uma perspectiva de educação cidadã, onde os jovens participem da discussão do projeto político pedagógico. E, também, realizem um processo de formação social e política, através de cursos complementares sobre ciência política, direitos humanos e direito constitucional, através de capacitação em elaboração de projetos, através da ampliação carga horária das disciplinas de filosofia e sociologia e através da inclusão na grade curricular do conteúdo de políticas públicas. Assim, se conscientizando de seus direitos, deveres e qual seu papel na sociedade.
7.	Fomentar a criação de novos conselhos municipais e estaduais da juventude, deliberativos e paritárias, e buscar o empoderamento dos conselhos já existentes, a fim de condicionar mecanismos de fiscalização e pautar as políticas públicas da juventude.
8.	Criar um canal permanente de diálogo com as juventudes da América Latina e do Caribe para fortalecer a identidade regional, ampliando a cidadania ativa e unificando nossas lutas por um continente fundamentado na igualdade, na justiça social e em políticas públicas transformadoras.
9.	Garantir a realização de projeto de cidadania nas escolas em parceria com os conselhos de juventude e movimentos sociais, a partir de atividades de discussão sobre direitos, deveres, cidadania, ciência política que estimule uma participação social da juventude. A partir do projeto de cidadania será elaborado uma cartilha sobre participação social, que aborde como funcionam os conselhos de juventude e as conferências, que explique como é o processo de

	construção de entidades estudantis, e que sejam amplamente divulgadas, principalmente na internet.
--	--

Resoluções do eixo temático Educação	
1.	Reformulação do Ensino Básico e Médio desde a matriz curricular à formação dos professores, democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates como: gênero, igualdade, justiça social e liberdade; ampliando a carga horária de disciplinas tais como: filosofia, sociologia e história, possibilitando, assim, o senso crítico e político dos estudantes.
2.	Garantir o financiamento público para a manutenção e ampliação das escolas famílias agrícolas, possibilitando ofertar PRONATEC - campo, trabalhando a pedagogia da alternância, nas esferas estaduais e federais. E implementando uma política de assistência estudantil que garanta bolsa de permanência e transporte escolar para seus estudantes, assim como sejam lançadas ações de implementação de centros de permanência de referência cultural, esporte, lazer e telecomunicações dentro de seus espaços físicos.
3.	Reformar a grade curricular, PPPS, material didático e estrutura física de instituições de ensino fundamental e médio que estejam dentro ou próximas de territórios de povos e comunidades tradicionais e comunidades rurais, garantindo que tal reforma seja feita em conjunto com a comunidade, atendendo as prerrogativas da Educação do Campo, das leis 10639/03, 11.645/08 e do decreto 6040/07, garantindo também concursos públicos priorizando a contratação de profissionais da própria comunidade nestas instituições de ensino.
4.	Efetivar as políticas públicas da educação das relações étnicos raciais, com base nas leis 10.639 e 11.645, as relações de gênero e demais diversidades, com o caráter de fortalecer as diretrizes curriculares nacionais para o fomento a cultura da política e cidadania. Bem como, a garantia de implementação de equipes multiprofissionais nas redes de educação das instâncias municipais, estaduais e federais. Com a participação dos profissionais de psicologia, pedagogia, assistência social e interprete. Potencializando o apoio e orientação e acompanhamento dos/as estudantes e comunidades, assegurando a disseminação de tecnologias assistivas, Braille, Libras, a partir de: inclusão de Libras como disciplina obrigatória em todos os cursos superiores (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos); inclusão da disciplina de Libras nos currículos das escolas municipais, estaduais e federais, e implantação da Graduação em Letras Libras nas universidades estaduais para a formação de professores de Libras (licenciatura) e tradutores/interpretes (bacharelado) e inclusão de braille como opinativa (licenciatura).
5.	Regulamentação e real implementação dos 10% do PIB para a Educação, com a destinação de 50% do Fundo Social e 75% dos Royalties do Petróleo para a garantir a efetivação do plano nacional de educação e do financiamento nele expresso afim de elevar a qualidade social da Educação em todos os níveis, etapas e modalidades.
6.	Garantir a ampliação do ensino superior com o aumento de vagas (novas universidades, novos campi, PROUNI, FIES) e da abrangência contemplando área rural, comunidades tradicionais e o interior, com ampliação das cotas sociais e raciais e a garantia de realização do ENEM em todos os municípios.

7.	<p>Criar política nacional de assistência estudantil ao jovem, incluindo os beneficiários do PROUNI e FIES, com implementação de moradias, restaurantes, creches e atendimento a todas as necessidades das pessoas com deficiência, e com o estabelecimento de lei federal específica e fundo específico que desvincule aos auxílios e benefícios de contrapartidas e que tenham um processo de concessão de bolsas permanência desburocratizado e valores atualizados.</p>
8.	<p>Reformulação do currículo e do ambiente físico que a escola proporciona, no intuito de adequação de modelos didáticos que contextualizem a realidade da inserção da juventude negra, LGBT, povos e comunidades tradicionais, rural, pessoa com deficiência; e propor atividades extracurriculares, tais como atividades esportivas, artísticas e culturais que levaram em consideração as competências e habilidades dos e das estudantes. Além, de criar estratégias que aproximem a família e ou responsáveis para maior participação no cotidiano escolar para que, desta maneira seja estabelecida uma relação entre a comunidade, professores, alunos, responsáveis, incluindo a participação como elemento condicionante da inclusão ou continuidade em programas sociais.</p>
9.	<p>Incorporar nas grades curriculares das escolas públicas e privadas, conteúdos e temáticas que são vivenciadas no dia-a-dia por jovens da sociedade brasileira, trazendo interação com o contexto educacional, de caráter teórico-prático, questões como Ética e Cidadania, saúde alimentar, planejamento econômico, diversidade sexual, de gênero, racial, social e de credo, preconceito e a discriminação, direito à educação e à comunicação, Direito Constitucional, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Ciência Política, Estatuto da Juventude, educação em Direitos Humanos, Informática, Filosofia, língua de sinais e garantir o ensino das Histórias e Culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas, em cumprimento das Leis 10.639 e 11.645.</p>

Resoluções do eixo temático Trabalho	
1.	<p>Garantir o acesso ao 1º emprego com qualidade; reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais; proibir a terceirização em todas as suas formas.</p>
2.	<p>Construir e ampliar as unidades de ensino médio, profissionalizante, técnico e superior, juntamente com a ampliação da quantidade de Bolsas de pesquisa e extensão e das vagas nas parcerias com sistema S, nos programas como: menor aprendiz, jovem aprendiz, Pronatec, Pronacampo, Projovem urbano, Projovem rural, SISUTEC, SISU, Prouni e demais programas. E que a ampliação considere as áreas periféricas e rurais, contemplando a realidade de cada região, fomentando parcerias com o poder público e privado a fim de garantir vagas de emprego e alternativas de renda.</p>
3.	<p>Fortalecer os empreendimentos e coletivos de juventude da agricultura familiar, pesca artesanal e demais atividades produtivas do campo e da cidade com agroindústrias, bem como, incentivar a formação de novos coletivos, garantindo o acesso ao crédito a ATER e a comercialização, visando a promoção da economia solidária como estratégia para garantia do bem viver, do trabalho digno e da renda para a juventude.</p>
4.	<p>Implementar políticas públicas de juventude de acordo com o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.</p>
5.	<p>Garantir aos jovens em cumprimento de penas ou medidas socioeducativas que sejam direcionados a centros de formação que transformará a pena de reclusão em pena de qualificação. O tempo de pena seria cumprido em um abrigo submetido a aprender um ofício, e assim que terminasse a pena estariam qualificados e seriam encaminhado direto para o</p>

	mercado de trabalho. O projeto poderia acontecer em parceria do estado e com empresas privadas interessadas em mão de obra jovem e qualificada.
6.	Garantir uma cota de 20% de contratação de jovens egressos dos sistemas prisionais e medidas socioeducativas como um dos requisitos para seleção no processo licitatório de empresas prestadoras de serviços e executora de obras a serem contratadas pelos governos municipais, estaduais e federal.
7.	Criação de centro técnico profissionalizante rural de acordo com sua região, proporcionando trabalho e renda, garantindo a permanência do jovem rural no campo, incentivando a produção e comercialização da agricultura familiar, assim como outros, meios de geração de renda, priorizando a cultura local.
8.	Potencializar ações do Ministério do Trabalho e Emprego para ampliação do percentual de vagas direcionadas aos jovens respeitando as condições de trabalho decente através da Política Nacional de Trabalho, garantindo a criação de uma plataforma on-line de divulgação e acompanhamento para estes fins.
9.	Desburocratizar as políticas públicas que garantam o acesso à terra, habitação, infraestruturas de produção, educação do campo, cidade e comunidades tradicionais.

Resoluções do eixo temático Diversidade	
1.	Aprovar lei que define os crimes de ódio e de intolerância e as formas de coibi-los, nos parâmetros de outras leis tal como a de crime de racismo, para proteger todas as pessoas, inclusive jovens, independentes de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.
2.	Garantir e implementar na grade curricular a temática de direitos humanos e da diversidade (orientação sexual, identidade de gênero, étnico/racial, gênero, étnico-cultural, combate a intolerância religiosa, entre outras) de acordo com o que é previsto no ECA. Com formação continuada de professores/as, e criação de material pedagógico/didático específica e o desenvolvimento de ações com a comunidade escolar, respeitando todos (as) estudantes trans da rede de ensino, para que possam utilizar os banheiros de acordo com seus gêneros, assim como ter seus nomes sociais respeitados em todas as esferas educacionais.
3.	Inclusão dos idiomas LIBRAS e braile como componente curricular obrigatório, do ensino fundamental, médio e superior, com formação continuada e disponibilização de recursos didáticos imprescindíveis para a realização qualificada dos trabalhos.
4.	Garantir o cumprimento efetivo dos direitos iguais no mundo do trabalho (acesso, salários, carga horaria, formação) com especial atenção para população jovem dos seguintes segmentos: mulheres, deficientes, negros, LGBT, indígenas, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, do campo, povos das águas e egressos de medidas socioeducativas.
5.	Criação de uma lei de incentivo à contratação de mulheres e homens trans e travestis por empresas públicas e privadas, que as mesmas recebam em contrapartida incentivos fiscais. Realização de campanhas de incentivo à inserção no mercado de trabalho desse público; estender os registros de ocorrência (RDO) para todos os Estados do Brasil, seguindo como modelo o Estado de São Paulo, a fim de mapear os crimes de ódio e delito de intolerância em

	razão de orientação sexual e identidade de gênero no âmbito nacional, pela criminalização da LGBTfobia.
6.	Implementar, fomentar e garantir a capacitação e formação de profissionais de educação, da saúde, assistência social, segurança pública e profissionais do Direito, sobre diversidade religiosa, sexual, étnica, identidades de gênero garantindo o enfrentamento ao racismo, LGBTfobia e todas as formas de violência e discriminação promovidas pelo Estado (discriminação institucional).
7.	Garantir todas as condições para a funcionalidade e exercício do controle e fiscalização, por parte dos conselhos de políticas públicas de igualdade racial e igualdade de gênero para o cumprimento das leis (Lei nº 11.645/2008) População indígena (Lei nº 11.340/06 - Maria da Penha) (Nº 13.104/15 -feminicídio) (10. 639/03 – Estudo afro nas escolas) e a lei que garante o nome social pelas travestis e transexuais e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
8.	Garantir orçamento para implementar políticas públicas de diversidade e combate a LGBTfobia, a exemplo do projeto “Transcidadania” implantado nos estados de São Paulo e Paraíba, onde visa a inclusão de travestis, mulheres transexuais e homens trans na educação e no mercado de trabalho, garantindo uma subdelegacia especializada que trabalhe integradas aos centros de referência ou um grupo multidisciplinar para atendimento destas e criação de conselhos municipais.
9.	Criação de cotas de no mínimo 30% destinadas a juventude de povos e comunidades tradicionais nos concursos públicos (municipal, estadual e federal) e estimular a contratação de PCTs nos cargos de confiança dos governos, sem perder nenhum direito já adquirido.

Resoluções do eixo temático Cultura	
1.	Garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, sob consultoria especializada, para as diversas linguagens culturais: teatro, audiovisual, hip hop, dança, artes, artesanato, música, poesia dentre outras. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e as demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais em escolas e associação de moradores, bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestações de contas facilitada E ESPECÍFICA PARA PCTs).
2.	Exigir a aplicação do mínimo de 2% do PIB para cultura e aplicação do Plano Nacional de Cultura.
3.	Estabelecer a destinação legal de no mínimo 2% do orçamento líquido municipal e estadual para Fundos de Cultura Municipal e Estadual, com a abertura de editais públicos para financiamento de atividades, projetos e infraestrutura (nos centros, periferias e áreas rurais) garantindo divulgação, acessibilidade, pluralidade, e descentralização, conforme demandas da sociedade civil (garantindo, inclusive editais específicos para a juventude). Para gestão do Fundo é necessário a regulamentação dos Conselhos de Cultura, com composição majoritariamente por representantes da sociedade civil eleitos diretamente, considerando também um representante da juventude, e com caráter deliberativo e de acompanhamento da abertura de editais, aplicação dos recursos e prestação de contas.

4.	Criação de bolsa especificamente voltada para a juventude artística (15 a 29 anos) como previsto no estatuto da juventude, possibilitando as ferramentas necessárias para o incentivo e a criação, para o financiamento de produção e promoção de sua obra, disponibilidade de material de pesquisa, instrumentos, ferramentas de ofício, além de reservar um espaço em material público voltado à divulgação, como jornais, sites, revistas; de universidades federais ou órgãos públicos.
5.	Estabelecer uma rede de juventude e cultura por meio de um mapeamento cultural, que possa garantir um processo formativo em linguagens artísticas diversas, bem como a formação em áreas técnicas que garantam a qualificação de jovens para criação e execução de projetos culturais, e que de forma autônoma possa criar uma importante rede de intercâmbio cultural em conexão com todos os territórios.
6.	Instituir financiamento para a produção cultural, circulação e capacitação de jovens, por meio de editais específicos, de forma a incentivar suas expressões, considerando a diversidade (urbano, rural, comunidades tradicionais, LGBT e deficientes), o fortalecimento de seus grupos e possibilitar sua profissionalização no âmbito da economia criativa.
7.	Implementar capacitação permanente para jovens artistas, agitadores culturais e produtores no que diz respeito a captação de recursos, editais, pontos de cultura, prestação de contas, organização de fóruns, valorizando assim, os arranjos culturais locais e regionais nas três esferas de poder.
8.	Implementar o projeto "Cinema nos Bairros" que consiste em aproximar a juventude local da linguagem audiovisual a partir de: a) oficinas e cursos na área de audiovisual b) sessões gratuitas de cinema c) incentivo e estrutura para a produção audiovisual no bairro d) circulação de filmes produzidos por jovens de periferia e) promoção de estratégias de discussão política que aborde a perspectiva da cultura na construção da cidadania f) a criação de redes entre os e as jovens que estão trabalhando e produzindo na área do audiovisual g) intercâmbio entre as experiências dos bairros que contarão com o projeto. Portanto, a proposta prevê a viabilização de espaços culturais, com gestão comunitária e com protagonismo dos e das jovens, que sirvam como zonas de circulação de conhecimentos e experiências entre jovens no que tange à produção audiovisual.
9.	Catalogar e acompanhar tradições culturais locais e regionais, instituindo incentivo financeiro regular (orçamento anual) para ações que promovam a preservação de tais identidades e a difusão dessas expressões culturais.

Resoluções do eixo temático Comunicação	
1.	Democratização da mídia modificando a legislação atual para que as rádios comunitárias tenham alcance igualitário das rádios comerciais. Regular e democratizar a mídia do país, revendo os modelos de financiamento e concessão pública de TV, a partir da atualização e efetivação do marco regulatório da comunicação, respeitando a constituição de 1988 no que tange ao artigo 220, revogando o caráter consultivo do Conselho Nacional de Comunicação, alterando a sua composição permitindo a participação paritária da sociedade civil e governo e replicando este modelo de conselho no âmbito estadual e municipal.
2.	Garantir a universalização do acesso às telecomunicações e internet gratuita e de qualidade (acima de 50MB) inclusive nas áreas rurais, comunidades tradicionais, por meio da expansão da infraestrutura de telecomunicações e fiscalização das operadoras, da disseminação de

	telecentros públicos, pontos de internet livre em espaços públicos, em todas as escolas, e pacotes residenciais subsidiadas para a classe popular.
3.	Criar lei de fomento, criação de um canal e financiamento por meio de fundo específico e editais públicos para mídias alternativas (rádios, TVs, plataformas virtuais, dentre outros meios), incluindo todos os grupos minorizados (comunidades rurais, mulheres, LGBTs, negros, povos e comunidades tradicionais, deficientes etc.). Ampliando assim os espaços de participação dos jovens nos meios de comunicação, permitindo a manutenção, capacitação e profissionalização dos jovens comunicadores na produção de conteúdo e todas as expressões da juventude brasileira.
4.	Estimular o tema “Comunicação Social” no ambiente escolar, incentivando a comunicação social/educomunicação como tema transversal, com projetos, aprimorando a infraestrutura de comunicação na escola.
5.	Criação de uma plataforma dentro da página da SNJ para avaliação e informes dos resultados das conferências. Para discussão dos avanços com atualização constante, conexão com os gestores estaduais e municipais.
6.	Viabilizar a interação das pessoas com deficiência, em respeito a LBI na rede de canais abertos de televisão por meio da cobrança com mais rigor do cumprimento. Na lei 10.098 (19/12/2000), de acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas e; No Decreto-Lei 5.296 (02/12/2004), que especifica de forma mais clara como devem ser adaptadas as mensagens dos meios de comunicação às pessoas com deficiência sensorial.
7.	Classificar e reduzir o tempo de programas de TV que estimulam a violência policial.
8.	Criar programa nos moldes das casas digitais e telecentros, associado a um espaço virtual, que promova e garanta a acessibilidade e a inclusão digital nas áreas urbanas e rurais, com capacitações que trabalhem software livre, aspectos sociais e culturais e com monitores permanentes no apoio das atividades.
9.	Criação de campanhas publicitárias e educacionais que eduque a sociedade a lidar com os jovens com deficiência, respeitando seus desejos, autonomia e necessidade de experimentações, esclarecendo que o jovem deficiente e seu acompanhante são pessoas distintas e que o acompanhante só seja solicitado quando necessária.

Resoluções do eixo temático Saúde	
1.	Promover a saúde integral da mulher jovem, sem seguir a lógica da medicalização e intervenção sobre o corpo. O sistema de saúde deve lidar com a prevenção da saúde das jovens, incluindo atendimento relacionado a abortos, que hoje é a quinta causa de mortes no país, o Estado deve tratar do caso como saúde pública garantindo-lhes atendimento ginecológico preparado.
2.	Garantir passagem de transporte público (dez passagens diárias), assim equiparando as pessoas com deficiência física aos portadores de doença crônica degenerativa com direito a passagem de acompanhante. Assim como, a concessão de transporte adequado às pessoas com deficiência física e doenças crônicas degenerativas para as suas atividades de saúde.
3.	Implantar o programa de saúde da Juventude, com garantia de acesso das juventudes rurais e comunidades tradicionais, fomentando a aquisição de ambulâncias e ampliação do quadro

	médico, para atendimento específico de urgência e emergência, além de fortalecer através da RAPS nos CAPS/AD, CAPS/ADI e consultórios na rua, com equipe interdisciplinar, tendo o viés da saúde mental, redução de danos e educação em saúde, promovendo a intersetorialidade das políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho, direitos humanos entre outras.
4.	Promover campanhas sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, e apresentando a agroecologia como alternativa de cultivo de alimentos saudáveis para a população.
5.	Garantir atendimento psicossocial e de saúde especializado para a juventude LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênicos) nas Unidades de Saúde da Família (USFs), Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), com profissionais sensíveis e preparados.
6.	Ampliar a rede de cobertura do PSF, inclusive na área rural e comunidades tradicionais, com equipes multiprofissionais que considerem as especificidades de raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero e que visitem pelo menos três vezes por semana.
7.	Garantir a participação da juventude nos espaços de controle social da saúde (Conselhos e Conferências) para que pensem estratégias de políticas de prevenção da saúde em espaços de cultura, lazer e esporte, sendo dinâmicas, agradáveis e efetivas na redução dos índices de violência.
8.	Garantir a inserção do Programa de Saúde na Escola (PSE) no projeto político-pedagógico do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Saúde, cobrando dos municípios, o cumprimento de metas pactuadas e eventual aplicação de penalidades para o não cumprimento das mesmas, efetivando o Artigo 19 da Lei 8080/90, sobre a promoção, prevenção, proteção à saúde de forma integral, fortalecendo temáticas como: identidade de gênero, alimentação saudável, direitos sexuais, saúde reprodutiva, drogas e primeiros socorros.
9.	Instituir e ampliar políticas públicas para a humanização com capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde no tocante ao atendimento das juventudes em todos os níveis de complexidade do SUS.

Resoluções do eixo temático Esporte	
1.	Criação do Fundo Nacional de incentivo ao esporte, com base orçamentaria de 2% do PIB, fortalecendo conselhos e secretarias de esporte, para ampliar os equipamentos esportivos e desenvolver programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta.
2.	Construir, reformar, ampliar, requalificar e manter equipamentos e espaços públicos para a prática de esportes, especialmente a dos esportes urbanos (parkour, skate, patins, bikefreestyle, etc.), além de ocupar e divulgar esses espaços de esporte e lazer, garantindo a acessibilidade adequada às pessoas com deficiência, com prioridade nas áreas de maior vulnerabilidade social e de alto índice de extermínio da juventude, em todos os municípios e zona rural, com profissionais capacitados e habilitados para atendimento nos horários compatíveis com o horário livre dos trabalhadores jovens.
3.	Fortalecimento e qualificação do esporte na escola, ampliando a participação de estudantes e da comunidade, implementando a funcionalidade da escola como equipamento esportivo.
4.	Reestruturar o programa escola aberta do governo federal para que a escola seja transformada, nos finais de semana em equipamento público de esporte e lazer para uso de comunidade.

5.	Criar uma política nacional para inclusão de jovens com deficiência em práticas esportivas.
6.	Promover o incentivo e financiamento pelo Poder Público de eventos esportivos e de lazer, que contemple diversas modalidades esportivas, que sejam realizadas também em comunidades rurais assim interiorizando a prática esportiva.
7.	Estimular a criação de secretarias e conselhos de esporte e lazer em todos os municípios, garantindo que os conselhos respeitem a diversidade esportiva e a inclusão da juventude, assim, consolidando o sistema nacional de esporte e lazer.
8.	Garantir programas de financiamento aos profissionais que desenvolvem projetos de incentivo ao esporte nas comunidades, visando a continuidade e o amplo acesso aos jovens.
9.	Criar ações de orientação e formalização das associações, grupos e organizações sociais que promovem atividades e modalidades esportivas, assim garantindo a possibilidade de acessar financiamentos públicos.

Resoluções do eixo temático Território e Mobilidade	
1.	Criar e implementar o Fundo Nacional e Inter federativo de mobilidade para todos os jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte público, gratuito, de qualidade, e acessibilidade em toda a frota, fazendo se cumprir o artigo 31, parágrafo único do estatuto da juventude.
2.	Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.
3.	Elaborar Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; e) educação DO/NO/PARA o campo; e) cultura, esporte e lazer e f) desburocratização e aprimoramento dos programas existentes (Bolsa Jovem Rural, Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Crédito Fundiário).
4.	Garantir a implementação do passe livre estudantil em todos os municípios.
5.	Implementar políticas de mobilidade que garantam melhoria das diversas modalidades de transporte, que garantam a gratuidade para os estudantes no sistema de transporte público municipal e estadual para o acesso à cultura, lazer e educação na perspectiva das cidades educadoras; que garantam uso de bicicletas como meio de transporte modelo para uma cidade saudável e sustentável pensando a malha cicloviária interligada a outros modais que funcionem 24horas e bicicletários espalhados em diversos locais; que garantam transporte público de maneira adequada no período noturno e aos finais de semana e que garantam transporte público de qualidade conforme as demandas e especificidades do meio rural.

6.	<p>Criar um plano nacional de desapropriação de áreas que não cumprem a função social, com um fundo monetário gerido por um conselho de gestão da terra urbana composto por representantes do governo (1/3) e representantes dos movimentos de moradia (2/3), com obrigatoriedade dos municípios e estados contribuírem monetariamente para as desapropriações em seus territórios, afim de propiciar a regularização e promoção de uma reforma urbana que corrobore com o direito a cidade. Pela reforma urbana, Já!</p>
7.	<p>Melhorar a oferta e a qualidade do transporte público, atendendo a devida cobertura das áreas com grande concentração de trabalhadores e estudantes, incluindo a construção e ampliação das linhas de metrô em todas as capitais brasileiras, garantindo revisão dos contratos e planilhas de custo e benefícios das empresas de transporte coletivo, garantindo o acesso dessas informações a população através de auditorias públicas.</p>
8.	<p>Garantir a implantação dos aspectos de acessibilidade em todas as vias públicas.</p>
9.	<p>Criar programa nacional para a implementação de conjuntos habitacionais com unidades ambientais de moradia nas cidades (que compreendem habitação, lazer e serviços), voltadas aos jovens em estado de vulnerabilidade, especialmente aos oriundos do meio rural, aos recém-saídos de abrigos e às jovens mães negras.</p>

Resoluções do eixo temático Meio Ambiente	
1.	<p>Combater o uso e abuso dos agrotóxicos, fortalecendo a sustentabilidade através da agroecologia, por meio de programas sociais para a agricultura familiar e a Juventude Rural, com ênfase na compensação econômica em contrapartida à preservação ambiental, assistência técnica, acesso ao crédito e Reforma Agrária.</p>
2.	<p>Realizar uma ampla consulta, de forma deliberativa, a sociedade civil, os movimentos sociais (formais ou não) sobre o código de mineração, em todo país.</p>
3.	<p>Promover a educação ambiental na educação formal pública e diferenciada, como as Escolas para Povos e Populações Tradicionais, com o fortalecimento das Escolas Sustentáveis e na promoção dos programas educacionais em especial a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida-COM-VIDA. Fortalecer Escolas Familiares Agrícolas, como práticas ambientais agroecológicas e sustentáveis. Pensando alternativas associativas para as escolas família agrícola na manutenção e ampliação da 'mobilização' de recursos.</p>
4.	<p>Criação de legislação que proteja, reconheça e ampare o Bioma Cerrado, frisando o monitoramento via satélite do desmatamento e das queimadas.</p>
5.	<p>Incentivo a permanência do jovem no campo, implantação de um sistema de economia solidária com empreendimentos sustentáveis para juventude. Efetivação e fortalecimento das políticas pública já existente (PNAE, Pronaf e etc.) e incentivar novas, ampliando as linhas de credito para plantio de alimentos orgânicos.</p>
6.	<p>Incluir Educação Ambiental e práticas de economia solidária como disciplinas na grade curricular, desde o jardim ao ensino universitário, com a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, capacitando os educadores para exercer as atividades e projetos com o órgão de Meio Ambiente local. Essas propostas poderão fazer parte de um Programa sobre Juventude e Meio Ambiente e do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente do Governo Federal, que trate da destinação do material de coleta seletiva da escola às cooperativas, o lixo orgânico à compostagem e o rejeito para o aterro, zerando assim, o impacto dos resíduos para os aterros sanitários e para o meio ambiente.</p>

7.	Priorizar os produtos orgânicos nas aquisições de alimentos pelos órgãos governamentais; bem como fomentar práticas agroecológicas, a partir da organização de jovens com implementação de hortas comunitárias, quintais produtivos, em escolas, terrenos baldios e públicos, quintais, praças rurais e urbanas; inclusive em centros de ressocialização, instalação de tecnologias alternativas, como exemplo: cisternas de placas, biodigestor, filtros biológicos, canteiros econômicos, preferencialmente nas comunidades carentes.
8.	Garantir consultas prévias com poder deliberativo às comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidade em geral para a implantação de empreendimentos públicos ou privados de grande risco, impacto ambiental ou qualquer outros que possam afetar o meio ambiente onde esses povos e comunidades habitem.
9.	Ampliar os programas de incentivo técnico e financeiro para a juventude do campo que desenvolve práticas sustentáveis, para a agricultura familiar e proprietários de terrenos situados em áreas de proteção ambiental e permanente (APA/APP), formando redes de ecoturismo, bem como apoiar a divulgação dessas iniciativas nos meios de comunicação.

Resoluções do eixo temático Segurança	
1.	Criar um Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios que combata o extermínio da Juventude Negra, dos Jovens de Povos e Comunidades Tradicionais, que vise a desmilitarização e a federalização das polícias, fim dos autos de resistência, acesso à justiça, e formação específica em Direitos Humanos e Cidadania voltados ao atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, que visem eliminar ações repressoras por mecanismos de abordagem humanizados que respeitem as especificidades de identidade de gênero, raça/etnia, tradições e orientação sexual. Fortalecer e fomentar e ampliar o “Plano Juventude Viva” com um recorte específico para: Jovens negros, jovens PCTs, jovens LGBTs, respeitando os recortes de gênero e garantindo a participação direta e indireta do plano destas juventudes como forma de estimular a valorização destas identidades combatendo preconceitos e opressões.
2.	Não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
3.	Fim do Auto de resistência que tem garantido, em muitos casos, o abuso da polícia na abordagem e detenção de pessoas sob o pretexto de resistência ou reação do detento. Pela desmilitarização da Polícia Militar considerando que: A PEC51 que tramita no Senado Federal já reforça essa ideia; Existe hoje no Brasil um cenário de extermínio de jovens negros, extermínio este protagonizado pelas diretrizes militares; Uma humanização maior no contato da polícia militar com o cidadão é uma demanda urgente da sociedade civil, sobretudo da juventude periférica, de modo que um diálogo entre polícia e cidadão seja mais proveitosa e frequente; Com o fim do regime militar nas polícias, espera-se a desconstrução do preconceito aos grupos raciais, de gênero e LGBT.
4.	Revisão da política de Drogas com a implementação da descriminalização e regulamentação de todas as drogas.
5.	Garantir no cumprimento de medidas socioeducativas e no sistema prisional melhoria das atividades de ressocialização por meio de ações educacionais com cursos técnicos e palestras para a população carcerária, programas de inclusão dos jovens egressos de medidas socioeducativas e do sistema penitenciário no mercado de trabalho, para que cumpra sua função socioeducativa e de reinserção social.

6.	Reforma do sistema prisional a fim de garantir cumprimento de medidas de desencarceramento e socioeducativas incluindo no centro de detenção provisória com a proteção a represálias no caso de denúncias, de violação por parte dos agentes, condições sanitárias e superlotação, com devida assistência jurídica. Que o sistema prisional não seja privatizado (que seja cláusula pétrea) cabendo ao mercado apenas a contratação de egressos do sistema prisional ou em cumprimento de pena viabilizando a reinserção social com incentivos fiscais, criação de cotas e desoneração de carga tributária.
7.	Implementar o programa valoriza vida. Baseado nas diretrizes do plano juventude viva, com a criação de mecanismos que fomentem programas (sobretudo no âmbito municipal) voltada para a prevenção de homicídios, principalmente da juventude negra, de periferia, atuando com jovens de 16 a 25 anos incompletos, cadastrados no cadastro único, e matriculados na rede pública de ensino federal, estadual ou municipal. Onde esses possam atuar no contraturno escolar com atividades de empoderamento social, capacitação esportiva e cultural, com o objetivo de levarem esses aprendizados de volta para as suas comunidades se tornando agentes multiplicadores, além de garantir acesso a atividades diversas de lazer, com o intuito de desconstruir a cultura de violência. Esses jovens seriam ainda capacitados pelo órgão de educação do município para atuarem junto às escolas municipais auxiliando em problemas como o de evasão e de defasagem escolar.
8.	Garantir o fim do auto de resistência que, em muitos casos, tem favorecido o abuso da polícia na abordagem e detenção de pessoas sob o pretexto de resistência ou reação do detento. Pela desmilitarização da polícia militar efetivando uma formação em direitos humanos para agentes de segurança do estado, com a ampliação a carga horária da área de conhecimento em direitos humanos e das relações sociais no processo de formação de profissionais de segurança pública, possibilitando vivências com o sistema penitenciário e serviços de referência as pessoas em vulnerabilidade social, realizando treinamento em programas de mecanismos de abordagem que respeitem as especificidades de gênero, etnia e orientação sexual.
9.	Garantia de segurança efetiva com foco na área jurídica de defensorias, promotorias públicas e AGUs nos territórios, com extensão de núcleos em todos os municípios, garantindo acessibilidade à justiça e implementação no âmbito estadual e municipal de Conselhos de Segurança Comunitária e pacificadores, com a participação de jovens nas formações, capacitações e qualificação dos agentes de segurança pública, garantindo os princípios pautados na Declaração dos Direitos Humanos, CF, entre outros.